

Ata Nº 559 – Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às nove horas, via Skype, iniciou-se a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú–SC**. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Luciano Pedro Estevão, Manuela Pessoa Duarte, Yolanda Irene Keller Boia, Josiane Hoepers, Valdeci Matias, Ellacyane Cardoso Soares Rocha, Regina Dal Bem, Wilson Reginatto Júnior, Karina Gonçalves Passos, Grasiela Aparecida Teixeira, Cátia Franzoi, Leandro Teixeira Ghilardi, Mário Tetto Pereira Neto, Bruno Figueredo Arceno. Estavam presentes: Haydée Assanty, Gestora de Parceria do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA; Paulo Edson Cavalcante de Oliveira e Caroline Signori Feix, Conselheiros Tutelares; Maria Ferracini Piconi, representante da Biblioteca Comunitária Bem Viver; Vanessa Fiorini, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; Aline Rocha e Eni Alves, representantes da Associação Beneficente Cristã Real Esperança; e, Kelli Spricigo, representante da ONG Vidas Recicladas – Casa das Anas. Pauta 01: Aprovação da Ata nº558. Foi aprovada por unanimidade a ata do dia vinte de outubro de dois mil e vinte. Pauta 02: Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Documentos Expedidos: E-mail do dia vinte e um de outubro, encaminhado a Empresa Atados, enviando a Relação de Organizações Não Governamentais – ONG's que são Registradas e Qualificadas neste CMDCA; E-mail do dia vinte e dois de outubro, encaminhado ao Juizado da Infância e Juventude, enviando cópia das atas do mês de setembro de dois mil e vinte; com o mesmo conteúdo foram enviados e-mails para a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, para a Câmara de Vereadores e para a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC; Ofício nº018, de vinte e dois de outubro, enviado para o Dr. João Botega, Promotor Público de Santa Catarina, convidando-o a participar do Seminário do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social da Criança e do Adolescente vítimas ou testemunhas de violência; E-mail do dia vinte e três de outubro, encaminhado a Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral, informando da análise da Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos e das sugestões de alterações no projeto; E-mail do dia vinte e três de outubro, encaminhado ao Centro Integração Empresa Escola – CIEE informando da análise da Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos e das sugestões de alterações no projeto; E-mail do dia vinte e três de outubro, encaminhado a Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS, informando da análise da Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos e das sugestões de alterações no projeto; E-mail do dia vinte e três de outubro, enviado a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, encaminhando em resposta a solicitação do Ministério Público através do Ofício nº303/2020/PJBC, os Relatórios de Prestações de Contas entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e a Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS; E-mail do dia vinte e três de outubro, encaminhado a Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral, informando da análise da Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação e o dos documentos que ainda faltam ser enviados para receber o Certificado de Registro e Qualificação no CMDCA; E-mail do dia vinte e três de outubro, encaminhado a Biblioteca Comunitária Bem Viver, informando da análise da Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação e o dos documentos que ainda faltam ser enviados para receber o Certificado de Registro e Qualificação no CMDCA; E-mail do dia vinte e três de outubro, encaminhado para o Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE, informando da análise da Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação e o dos documentos que ainda faltam ser enviados para receber o Certificado de Registro e Qualificação no CMDCA; E-mail do dia vinte e três de outubro, encaminhado a Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS, informando da análise da Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação e o dos documentos que ainda faltam ser enviados para receber o Certificado de Registro e Qualificação no CMDCA; Ofício nº019,

de vinte e três de outubro, encaminhado as entidades que tem parceria com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, informando que até o dia três de novembro, as mesmas deverão encaminhar os Planos de Trabalho para o exercício de dois mil e vinte e um, para que todos sejam encaminhados pelo CMDCA a Gestora do FMDCA; E-mail do dia vinte e três de outubro, encaminhado a Associação Beneficente Cristã Real Esperança, informando da análise da Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação e o dos documentos que ainda faltam ser enviados para receber o Certificado de Registro e Qualificação no CMDCA; Memorando nº34.384, do dia vinte e três de outubro, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, enviando as atas do mês de setembro deste CMDCA; Memorando nº34.441, do dia vinte e três de outubro, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, solicitando conserto do carro SPIN e a compra de quatro pneus para o carro SPIN, no mesmo memorando foram enviados quatro orçamentos para conserto da lataria; E-mail do dia vinte e seis de outubro, encaminhado ao Juizado da Infância e Juventude, solicitando agendamento de audiência para o presidente do CMDCA e o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social da Criança e do Adolescente vítimas ou testemunhas de violência, para conversar sobre as ações referentes a implantação da Escuta Especializada; a mesma solicitação de agendamento de audiência foi enviado para a 4ª Promotoria de Justiça; E-mail do dia vinte e seis de outubro, encaminhado ao Juizado da Infância e Juventude, enviando cópia das últimas atas do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social da Criança e do Adolescente vítimas ou testemunhas de violência para conhecimento; com o mesmo conteúdo foram enviados e-mails para a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, para a Câmara de Vereadores e para a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC; E-mail do dia vinte e seis, encaminhado a Sra. Elisângela, informando das entidades aptas a receber recursos através do Edital de Chancela – Edital nº003/19; Memorando nº34.797, do dia vinte e sete de outubro, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, informando que em Reunião Ordinária de vinte de outubro este conselho aprovou o pagamento de inscrição dos cinco Conselheiros Tutelares e de cinco Conselheiros de Direitos, para participarem da Capacitação On-line sobre a Escuta Especializada a luz da articulação da Rede de Proteção, a ser realizado de nove a onze de Dezembro de dois mil e vinte. Documentos Recebidos: E-mail do dia dezenove de outubro, encaminhado pela Gestora de Parceria do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, Sra. Haydée Assanty, enviando cópia dos Relatórios de Prestação de Contas, referentes as parcelas sete e oito das seguintes ONG's: Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral e Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS; E-mail do dia vinte de outubro, encaminhado pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, enviando Ofício nº303/2020/4ªPJBC, que solicita num prazo de vinte dias úteis, o encaminhamento de cópia do Relatório Final da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS realizados pela Gestora de Parcerias do FMDCA Sra. Eliane Aquino; E-mail do dia vinte e um de outubro, encaminhado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, enviando o Ofício Circular CEDCA SDS nº014/2020, referente à disponibilidade do Relatório Preliminar da XI Conferência Estadual dos DCA na página da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social; E-mail do dia vinte e um de outubro, enviado pelo CEDCA, informando que o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ/MPSC), em conjunto com a Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), o Instituto Federal Catarinense (IFC) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS), abriram processo de inscrição e matrícula para a reoferta da Capacitação Inicial Unificada dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina (Gestão 2020-2024), aos conselheiros tutelares e suplentes que não realizaram a capacitação na Primeira Edição (janeiro-

agosto de 2020), que não observaram aprovação na Primeira Edição (janeiro-agosto de 2020); que foram considerados evadidos na primeira Edição (janeiro-agosto de 2020); E-mail do dia vinte e seis de outubro, encaminhado pela 9ª Promotoria de Justiça da Comarca, informando sobre a Notícia de Fato nº01.2020.00026039-0, instaurada com a finalidade de apurar a possível prática de ato de improbidade administrativa decorrente da transferência de recursos financeiros entre Fundos Municipais, em desacordo com o art. 16, inciso IV, da Resolução nº137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e enviando o Ofício nº0446/2020/09/PJ/BCA, acompanhado de cópia do despacho que lhe deu origem e cópia integral da Notícia de Fato, para retorno deste CMDCA no prazo de quinze dias corridos; Ofício nº010, de vinte e seis de outubro, encaminhado pela Associação Beneficente Cristã Real Esperança, informando das alterações nos contratos dos profissionais que geraram alteração no Plano de Trabalho e solicitando aprovação deste CMDCA; Ofício nº059, de três de novembro, encaminhado pela Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral, informando da alteração já realizada no ano de dois mil e vinte, com aprovação deste conselho, do aditivo de vinte por cento, visando o aumento do atendimento e diminuição da lista de espera, e informando que devido a este fator o valor do desenvolvimento do projeto para dois mil e vinte o valor será aumentado. Foram entregues os Relatórios de Atividades das seguintes Organizações da Sociedade Civil – OSC's: Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE (Meses de Junho e agosto), Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral (Mês de setembro), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (Projeto PDEAR (Mês de setembro) e Equoterapia (Mês de agosto)), e Associação Lar Maternal Bom Pastor (Meses de agosto e setembro). Com relação a solicitação da 9ª Promotoria de Justiça, este CMDCA solicitou a Procuradoria Jurídica do município, auxílio para responder a questão da transferência entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. Pauta 03: Projetos/Plano de Trabalho para 2021. O vice-presidente Luciano informou que os Gestores das Parcerias do FMDCA se reuniram esta semana na Prefeitura e definiram que o CMDCA deverá realizar o encaminhamento dos Planos de Trabalho para Dois Mil e Vinte e Um à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social. Sendo assim as Organizações da Sociedade Civil – OSC's que tem parceria com o fundo, deverão encaminhar para o e-mail deste CMDCA o seu plano de trabalho para o próximo exercício. Luciano explicou que a orientação dos gestores é de que seja enviado o ofício de solicitação de aditivo e o mesmo plano de trabalho já aprovado por este CMDCA, através do Edital nº004/19 – Edital de Chamamento Público, onde já foram aprovados os planos de trabalho de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. Sendo assim, se houver alteração no plano de trabalho e nos valores já aprovados por este conselho, os planos deverão ser analisados e aprovados novamente por este CMDCA. Luciano colocou ainda que o prazo para encaminhamento dos planos à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social deverá ser até o dia dez de novembro, dando prazo suficiente para que os gestores possam dar andamento no processo até o final deste exercício para iniciar o ano de dois mil e vinte e um com os termos já assinados. Luciano deixou a palavra aberta para manifestação das entidades que tivessem alteração no plano de trabalho. A conselheira Manuela, representante do Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC solicitou alteração no Plano de Trabalho no que se refere ao vale-transporte. Explicou que não foram utilizados todos os recursos de vale-transporte devido a pandemia e a diminuição de horários de transporte público, que não conseguiu atingir os pacientes em sua totalidade. Sendo assim solicitou a alteração do valor do vale-transporte disponível que é de oitocentos reais para que sejam readequados como aumento salarial, pois estão com muita dificuldade de manter os profissionais devido ao salário defasado de quatro anos. Então a equipe readequou no plano de trabalho esse valor pensando num aumento simbólico no salário dos

profissionais. Manuela ressaltou que no ofício encaminhado está tudo explicado e que o valor não será alterado, apenas será readequado o valor não utilizado. A conselheira Manuela comentou que entende que esta situação salarial não é um problema existente apenas no NAHC, mas em todas as ONG's que tem parceria com o FMDCA e solicitou ao conselho a aprovação, pois não será alterado o valor do recurso já aprovado em edital. O vice-presidente Luciano colocou em deliberação a aprovação da utilização do valor de oitocentos reais, recurso não utilizado que seria destinado ao vale-transporte, para que seja utilizado como bonificação salarial para os profissionais. Ressaltou que o valor total do projeto não sofrerá aumento de valor. A solicitação do NAHC foi aprovada por unanimidade. O vice-presidente questionou a conselheira Manuela se essa alteração já está discriminada no plano de trabalho de dois mil e vinte e um. A conselheira Manuela confirmou que o plano de trabalho do NAHC para dois mil e vinte e um já foi encaminhado com essas alterações. O vice-presidente solicitou que a Associação Beneficente Cristã Real Esperança se manifestasse quanto ao ofício encaminhado solicitando aprovação da alteração do contrato de trabalho dos profissionais e se esta mudança terá alteração no valor destinado. Aline, representante da entidade, explicou que todas as funcionárias foram demitidas, as monitoras e a cozinheira, foram pagos todos os encargos, inclusive as multas de demissão, e após recontrataram as monitoras como prestadoras de serviço, como Microempreendedor Individual – MEI. Aline explicou que esta situação é provisória, apenas até o final deste ano, para dois mil e vinte e um, de acordo com o plano de trabalho, as funcionárias voltam a serem contratadas em regime de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Aline ressaltou que devido a pandemia, a instituição achou que iria ser cortada as verbas e pensaram ser esta uma das soluções. Falou que o valor que sobrar desta decisão de contratação será guardando em uma poupança e devolvido no final do ano e que o valor aprovado em edital não foi alterado. O vice-presidente questionou se o plano de trabalho para dois mil e vinte alteraria o valor. Aline respondeu que não, que enviou o plano de trabalho para aditivo, de acordo com o plano de trabalho de dois mil e vinte e um. Luciano passou a palavra aos conselheiros, para que falassem sobre esta questão. O conselheiro Wilson falou que não sabe como proceder nesse caso, mas entende que se não prejudica o projeto, nem altera o valor, não há problema. O conselheiro Valdeci questionou do porque desta alteração da contratação, que isto implicará na Prestação de Contas, e a justificativa tem que ser plausível. Aline afirmou que a instituição agiu desta maneira por achar que os recursos seriam cortados, falou que as metas do projeto continuam existindo, mas que as crianças não estão sendo atendidas de modo geral devido a pandemia. Ressaltou que as funcionárias estão trabalhando e que nos Relatórios de Atividades está sendo relatado o trabalho desenvolvido, como o auxílio as crianças em idade escolar que estão recebendo atividades para realizar em casa, como um apoio escolar. Aline colocou que esta ação iniciou devido a uma conversa com a Comissão de Monitoramento e com a Gestora da Parceria. O vice-presidente Luciano sugeriu que como o plano de trabalho para dois mil e vinte e um não sofrerá alteração, que o plano de trabalho para dois mil e vinte seja analisado pela Comissão de Política de Atendimentos dos Direitos – Projetos e deliberado na próxima reunião. A sugestão foi aceita por unanimidade. A representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Sra. Vanessa Fiorini, solicitou a palavra e explicou que o plano de trabalho da entidade também sofreu alterações devido ao Plano de Contingência relativo a Pandemia. A APAE trabalhará em sistema presencial, mas também em teleatendimento, então foi colocado dentro do plano de trabalho para dois mil e vinte e um, toda a metodologia do teleatendimento, além dos atendimentos presenciais, bem como a forma que será trabalhada a prestação de contas. Foram ampliados os atendimentos de fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia e serviço social. Explicou que o valor anual da meta do atendimento de fisioterapia, por exemplo, era mil e duzentos atendimentos, com a alteração passará a atender mil e oitocentos. Com o

serviço social, por exemplo, também aumentará os atendimentos, que eram de seiscentos, para novecentos atendimentos. O vice-presidente colocou em votação as alterações da APAE. Como não altera o objeto, nem as metas, nem o valor, apenas aumenta a capacidade técnica de atendimentos, os conselheiros aprovaram as alterações do plano de trabalho da APAE para dois mil e vinte e um. O vice-presidente Luciano falou que no plano de trabalho do Grupo de Estudos e Apoio a Adoção Anjos da Vida aconteceu a mesma situação, os atendimentos foram ampliados. Explicou que assim que a Juíza Dra. Camila Coelho assumiu, o Grupo de Estudos e Apoio a Adoção Anjos da Vida tiveram uma reunião com a magistrada e nesta reunião foram orientados em várias questões sobre o projeto desenvolvido pelo Anjos da Vida, e em virtude disto, a ONG teve que fazer alteração no número de atendimento dos profissionais (psicólogos, assistente social, advogado) e explicou que teve uma mudança na metodologia de uma das metas que é o Curso de Preparação para Pretendentes a Adoção, esse curso que era feito em parceria com o Poder Judiciário, agora é um curso independente, o judiciário continua parceiro, mas sem obrigatoriedade com o mesmo. Luciano falou que de acordo com as orientações, a ONG focará na ampliação dos cursos para preparação para Adoção Tardia, hoje chamada de Adoção Necessária, que são as adoções de crianças acima de cinco anos. Devido a estas orientações a ONG alterou a metodologia ficando no plano para dois mil e vinte e um a realização do curso de pretendentes a adoção e também o curso de adoção tardia e famílias que já adotaram crianças maiores e ou adolescentes. A metodologia será alterada na quantidade de atendimentos, que será maior do que a atual. Luciano explicou que também foram reduzidos os horários do médico e dos profissionais de psicologia, significando diminuição no valor do projeto. O Conselheiro Tutelar Paulo questionou a possibilidade da entidade atender os pais referente a criação dos filhos. O vice-presidente explicou que o projeto Passos de Anjos atende especificamente assuntos relativos a adoção. O conselheiro Luciano explicou que não sabe quanto haverá de diminuição do valor do projeto, que está aguardando retorno do contador da parceria. Em debate os conselheiros orientaram a ONG a não diminuir o valor do projeto sem antes solicitar parecer do gestor da parceria e da Procuradoria Jurídica, pois o valor do projeto já foi aprovado através do Edital nº004/19 – Edital de Chamamento Público. Sendo assim, o Grupo de adoção deverá encaminhar o projeto já aprovado para dois mil e vinte e um, readequando os atendimentos. A Sra. Maria, representante da Biblioteca Comunitária Bem Viver solicitou a palavra e explicou que para o plano de trabalho de dois mil e vinte, tinha sido programado quatro passeios culturais, num total de dois mil e quatrocentos reais, que não pode ter sido realizado devido a pandemia, este recurso será devolvido. Sendo assim, no plano de trabalho para dois mil e vinte e um, Maria relatou que foram diminuídos dois destes passeios, e o valor passou a ser utilizado para compra de material de consumo. O valor total do projeto para dois mil e vinte e um será o já aprovado por este conselho no Edital nº004/19 – Edital de Chamamento Público. O conselheiro Wilson lembrou que é a mesma situação do Grupo Anjos da Vida, isto é, se o projeto e o valor do projeto já foram aprovados no Edital de Chamamento Público de Dois Mil e Dezenove, estes não podem sofrer alterações. Wilson explica que se uma das metas era realizar quatro passeios, o projeto deve ser encaminhado da mesma forma, e após, se a pandemia continuar, remanejar os valores que não seriam utilizados com passeios. O conselheiro Valdeci concordou com o conselheiro Wilson e falou que essas alterações poderão ser realizadas no próximo exercício, se a pandemia continuar. Maria questionou se o valor que deverá ser devolvido de dois mil e vinte por não serem utilizados nos passeios, se eles poderiam ser readequados ainda este ano, para que a entidade não tenha que devolver a verba. O conselheiro Valdeci explicou que neste caso terá que devolver porque não realizou a meta. Os conselheiros sugeriram que nestes casos as alterações sejam realizadas no próximo ano de acordo com as necessidades que estamos vivendo e que os planos de trabalho de dois mil e vinte e um sejam enviados de

acordo com a aprovação do Edital nº004/19. A conselheira Cátia, representante da Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral falou que no caso da sua entidade, no ano de dois mil e vinte foi feito um Termo de Aditivo para atendimento de quarenta novos pacientes, este aditivo de cento e trinta mil reais, foi realizado para oito meses. Sendo assim, Cátia relatou que houve dúvidas na execução do plano de trabalho para dois mil e vinte e um, já que o plano deve ser desenvolvido de acordo com a aprovação do Edital nº004/19. Outro ponto é que como o aditivo foi realizado após o início do exercício, ele foi feito para os meses faltantes do ano de dois mil e vinte e para o ano de dois mil e vinte e um teria que aumentar o valor, pois o aditivo seria em cima de doze meses. A conselheira Manuela falou que o aditivo de cento e trinta mil, foi dado para o ano de dois mil e vinte, e que para o ano de dois mil e vinte e um a entidade deverá solicitar aditivo novamente. Esta colocação se faz necessária visto que o valor do projeto já foi aprovado no Edital nº004/19 e para aditar será necessário verificar os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para o próximo ano. Cátia falou que para isso terá que realizar o desligamento das crianças. O conselheiro Wilson ressaltou que esta reunião é para aprovação dos planos de trabalho já aprovados no Edital nº004/19 – Edital de Chamamento Público. Com relação ao aditivo, Wilson explicou que se a demanda continuar a entidade deverá justificar e fazer nova solicitação de renovação, mas é um processo separado, visto que são suas situações diferentes. Wilson falou também que entende que a AMA Litoral deve solicitar esta renovação o quanto antes, justificando que se não houver a renovação do edital, as crianças serão desligadas do atendimento. O vice-presidente Luciano sugeriu que a entidade procure o Gestor da Parceria ou a Secretaria de Controle Governamental para verificar como proceder. Falou também que entende que deve enviar o plano de trabalho aprovado no Edital nº004/19 e também o plano de trabalho do aditivo, mas que dependerá da análise da Gestora do FMDCA e da Secretaria de Controle Governamental. A Associação Amor Pra Down e Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI se manifestaram dizendo que não houve alteração nos seus planos de trabalho. O vice-presidente informou que este CMDCA aguardará os planos de trabalho de todas as entidades parceiras com o FMDCA para realizar o encaminhamento a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social. Pauta 04: Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. A Conselheira Tutelar Caroline que faz parte do Comitê de Escuta Especializada informou aos conselheiros de direitos que o comitê está bem avançado na implementação do protocolo, falou que são realizadas reuniões frequentes para discussões e deliberações, e que o comitê estava engajado na realização do seminário que aconteceria dia vinte e quatro de novembro, através do youtube, mas ressaltou que o mesmo será realizado em outra data, ainda este ano. Falou que o comitê está tendo muito auxílio da Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI e que no dia vinte e quatro eles realizarão um seminário, o qual o comitê participará para poder adquirir mais informações para o desenvolvimento do seminário de Balneário Camboriú. A conselheira relatou que esta semana o comitê deverá se reunir para verificar a data para o seminário do comitê. A conselheira tutelar ressaltou que esta é uma luta de muitos anos dentro do sistema de garantias de direitos e que envolve muitos atores. Falou da capacitação que deverá ser realizada com os profissionais que atuarão neste sistema e também da participação efetiva da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC, através da advogada Patricia Nicodemus, que está dando suporte legal ao trabalho. O vice-presidente falou da importância da escuta especializada, que a luta realmente é difícil e que a Rede de Atendimento é a porta de entrada destas vítimas. Parabenizou a equipe do comitê pelo comprometimento e dedicação. Pauta 05: Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação: Análise dos documentos para renovação de Registro e Qualificação das seguintes Organizações Não Governamentais – ONG's: Associação Beneficente Cristã Real

Esperança, Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS, Biblioteca Comunitária Bem Viver, Associação Lar Maternal Bom Pastor e Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE. A comissão realizou análise dos documentos de todas as ONG's. Quanto ao Centro de Recuperação Nova Esperança foi identificado que os mesmos não enviaram Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal e Estadual do presidente da entidade. Em relação a Associação Lar Bom Pastor foi identificado a falta do Registro do CMDCA no município de Camboriú, onde a entidade tem sede. Será encaminhado e-mail informando as mesmas sobre as documentações faltantes. Foram aprovados os registro das seguintes entidades: Associação Beneficente Cristã Real Esperança, Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS e Biblioteca Comunitária Bem Viver. Pauta 06: Assuntos Gerais. O conselheiro Wilson informou que a Associação Ellen Keller solicitou inscrição de Registro e Qualificação neste CMDCA, e inscrição de projeto para atendimento com pessoas com autismo. A conselheira Cátia explicou que o projeto será desenvolvido com os cães que não se adaptaram às pessoas com deficiência visual e portanto sugeriram desenvolver este projeto em parceria com a Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral, mas que ainda não conhece o projeto. A conselheira Irene lembrou a questão da nota de repúdio quanto a fala do Ministro da Educação no Fórum Nacional Sobre Letalidade Infantojuvenil do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, aprovada na 289ª Assembleia Ordinária, realizada no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte. O vice-presidente Luciano questionou as entidades se enviaram os documentos solicitados. O conselheiro Wilson falou que a carta da Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI está bem fundamentada e o CMDCA pode utilizar o mesmo conteúdo. O vice-presidente falou que lerá a carta e repassará a todos para aprovação e posterior encaminhamento para a imprensa, Conselho de Educação (Municipal e Estadual), para a Secretaria de Educação e para o Sindicato das Escolas Particulares. A conselheira Cátia falou sobre um movimento chamado Reunida que está acontecendo em todo o país, movimento este desenvolvido pelos pais e profissionais que trabalham com pessoas com autismo. Este movimento tem um projeto que se chama Clínica Escola, que será adaptado em todos os municípios do país. Cátia ressalta que este CMDCA deve estar verificando esta questão e colocou que contribuirá para a carta de repúdio também. A conselheira Irene disse que a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, também se manifestará. Nada mais havendo a tratar, eu Patricia Humenhuk, secretária-executiva deste conselho, lavro a presente ata que segue assinada pelos conselheiros presentes.



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 24/11/2020 às 10:28:55 (GMT -3:00)

Ata nº559 - Ordinária de 03 de Novembro de 2020 (1).pdf

ID única do documento: #8434bcb9-b60c-4714-bfff-61c3ef7be41e

Hash do documento original (SHA256): eb85a20847705de74c1fd5ca85f91298c2cbb4cc18a3590133240e8949dc1eb1

Este Log é exclusivo ao documento número #8434bcb9-b60c-4714-bfff-61c3ef7be41e e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (15)

- ✓ **Leandro Teixeira Ghilardi (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 15:44:42 (GMT -3:00)
- ✓ **Bruno Figueredo Arceno (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 10:34:33 (GMT -3:00)
- ✓ **Manuela Pessoa Duarte (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 10:37:13 (GMT -3:00)
- ✓ **Ellacyane Cardoso Soares Rocha (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 10:41:24 (GMT -3:00)
- ✓ **Luciano Pedro Estevão (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 10:50:43 (GMT -3:00)
- ✓ **Wilson Reginatto Júnior (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 10:47:48 (GMT -3:00)
- ✓ **Cátia Franzoi (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 11:06:21 (GMT -3:00)
- ✓ **Yolanda Irene Keller Boia (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 11:21:57 (GMT -3:00)
- ✓ **Karina Gonçalves Passos (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 11:21:26 (GMT -3:00)



- ✓ **Regina Dal Bem (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 11:27:05 (GMT -3:00)
- ✓ **Josiane Hoepers (Participante)**
Assinou em 25/11/2020 às 10:06:44 (GMT -3:00)
- ✓ **Valdeci Matias (Participante)**
Assinou em 24/11/2020 às 13:48:40 (GMT -3:00)
- ✓ **Grasiela Aparecida Teixeira (Participante)**
Assinou em 25/11/2020 às 10:28:11 (GMT -3:00)
- ✓ **Mário Tetto Pereira Neto (Participante)**
Assinou em 25/11/2020 às 12:47:19 (GMT -3:00)
- ✓ **CMDCA (Participante)**
Assinou em 25/11/2020 às 12:51:12 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora	Evento
24/11/2020 às 10:28:55 (GMT -3:00)	CMDCA solicitou as assinaturas.
24/11/2020 às 10:47:48 (GMT -3:00)	Wilson Reginatto Júnior E-mail wreginattojr@gmail.com, IP: 189.8.101.163 assinou.
24/11/2020 às 10:34:33 (GMT -3:00)	Bruno Figueredo Arceno E-mail brunooarc@hotmail.com, IP: 170.82.223.13 assinou.
24/11/2020 às 10:37:13 (GMT -3:00)	Manuela Pessoa Duarte E-mail manuela.ap@hotmail.com, IP: 177.40.8.169 assinou.
24/11/2020 às 10:50:43 (GMT -3:00)	Luciano Pedro Estevão E-mail lucianopestevao@yahoo.com.br, IP: 181.223.65.203 assinou.
24/11/2020 às 11:06:21 (GMT -3:00)	Cátia Franzoi E-mail catiafranzoi@hotmail.com, IP: 179.105.46.19 assinou.
24/11/2020 às 10:41:24 (GMT -3:00)	Ellacyane Cardoso Soares Rocha E-mail servicossocial.apaebc@gmail.com, IP: 179.177.204.36 assinou.

Data e hora**Evento**

24/11/2020 às 11:21:57
(GMT -3:00)

Yolanda Irene Keller Boia E-mail irene@univali.br, IP: 131.161.16.46 assinou.

24/11/2020 às 11:21:26
(GMT -3:00)

Karina Gonçalves Passos E-mail karinapassos123@hotmail.com, IP: 190.123.194.179 assinou.

24/11/2020 às 11:27:05
(GMT -3:00)

Regina Dal Bem E-mail regina.amalitoral@outlook.com, IP: 179.105.46.19 assinou.

24/11/2020 às 15:44:42
(GMT -3:00)

Leandro Teixeira Ghilardi E-mail leandro.ghilardi@bc.sc.gov.br, IP: 170.82.223.24 assinou.

24/11/2020 às 13:48:40
(GMT -3:00)

Valdeci Matias E-mail afadefi.bal@hotmail.com, IP: 187.102.7.121 assinou.

25/11/2020 às 12:47:19
(GMT -3:00)

Mário Tetto Pereira Neto E-mail mario.tetto@bc.sc.gov.br, IP: 187.255.140.248 assinou.

25/11/2020 às 10:28:11
(GMT -3:00)

Grasiela Aparecida Teixeira E-mail grasi_1001@hotmail.com, IP: 191.179.137.202 assinou.

25/11/2020 às 10:06:44
(GMT -3:00)

Josiane Hoepers E-mail josiane.h@hotmail.com, IP: 189.8.97.3 assinou.

25/11/2020 às 12:51:12
(GMT -3:00)

CMDCA E-mail cmdcabalneariocamboriu@gmail.com, IP: 170.82.223.2 assinou.